



Ata nº 11/2023 da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Saquarema (CMS), realizada em 27 de junho de 2023. Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, reuniram-se na sala do Conselho Municipal de Saúde de Saquarema, situada na Avenida Saquarema, nº 567, Porto Novo, Saquarema – RJ, os membros do Conselho Municipal de Saúde de Saquarema, conforme assinaturas registradas no Livro de Presença: Sra. Ingrid Malena Trunkle de Oliveira, Presidente do CMS e representante titular do CRP; Sra. Terezinha Ruade, representante titular do MAMAS; Sr. João Carlos Hill Filgueiras, representante titular da Pastoral da Criança; Sra. Marina da Silva Vianna Peres e Sr. José Goretti Pio, representantes titular e suplente da Paróquia Nossa Senhora de Nazareth; Sra. Gleyde Selma Moraes Santos, representante titular da OAB; Sra. Maria José Ricardo da Silva, representante titular do AMEAS; Sra. Mayara Baptista de Souza, representante titular da Secretaria de Saúde. Também estiveram presentes o Sr. Padre Adriano César Pinheiro, do CMS de Araruama; a Sra. Debora de Mesquita Sampaio e Sr. Anderson Afonso Serafim, funcionários do CMS. A Sra. Ingrid Malena cumprimentou e agradeceu a presença de todos e ressaltou, de modo especial, a participação do Padre Adriano, conselheiro do CMS de Araruama. Em seguida, ela anunciou quais as pautas da reunião, conforme o edital de convocação; a saber: 1) Aprovação de Atas; 2) Presença da Sra. Lilian Fortunato, coordenadora da saúde mental; 3) Sugestão de projetos; 4) Apresentação da planilha de plano de trabalho do CMS; 5) Assuntos gerais. **Pauta 1** – A Sra. Ingrid contextualizou que foram enviadas duas atas para os e-mails dos conselheiros; a saber: a ata da reunião extraordinária do dia 06 de junho e a ata da reunião ordinária de 30 de maio. Quanto a primeira ata, a Sra. Mayara solicitou uma alteração quanto a sua fala, que, em vez de “existe dentro das prerrogativas uma unidade de acolhimento”, o que ela afirmou na reunião foi que “existe dentro da legislação a possibilidade de se instituir uma unidade de acolhimento”, e, por isso, seria necessário um estudo de viabilidade, a fim de saber se o município comportaria ou não uma unidade de acolhimento. Feita esta ponderação, as atas foram colocadas para votação e todos os presentes aprovaram-nas. Antes de dar prosseguimento às pautas, a Sra. Ingrid deu a palavra para o Padre Adriano, que agradeceu a acolhida e explicou que é pároco na Igreja de São Vicente, no terceiro distrito de Araruama, e que atualmente faz parte do Conselho Municipal de Araruama. Explicou, na sequência, que se tornou conselheiro em Araruama em face das demandas da saúde na região de São Vicente, particularmente a luta para que o Hospital de São Vicente não encerrasse as suas atividades. Informou, ainda, que durante a pandemia fez uma pós-graduação em saúde mental e atenção psicossocial, o que o conduziu até a Conferência, na qual realizou uma palestra, e que a partir da Conferência surgiu o convite para ingressar no Conselho de Araruama. **Pauta 2 e 3** – A Sra. Ingrid explicou o desejo de trabalhar com mais afinco pela saúde mental e, por isso, fez o convite à Sra. Lilian,



coordenadora do programa de saúde mental no município, que, contudo, por motivos de saúde, não pode estar presente. A Sra. Terezinha aproveitou para indagar à Sra. Mayara se a Residência Terapêutica do município já está habilitada junto ao Ministério da Saúde. A Sra. Mayara respondeu que, segundo ela foi informada, não há necessidade de habilitação da Residência Terapêutica junto ao Ministério, bastando um processo de regularização que já foi iniciado, sendo feitas, inclusive, algumas modificações sugeridas pelo Ministério; contudo, há um prazo para o envio das documentações e este prazo, até então, não tinha sido aberto pelo Ministério. Ela ponderou que com a reforma psiquiátrica de 2001, os municípios, de um modo geral, ficaram onerados com a demanda da saúde mental e que, conseqüentemente, não estão dando conta, tendo em vista a demanda crescente dessa área. Diante desse cenário, ela sugeriu que os Conselhos de Saúde se unam, a fim de exigirem uma mudança nessa política de saúde mental que sobrecarrega os municípios. Sugeriu, também, a exemplo do que ocorre já em outros municípios, a implantação de uma Equipe Multiprofissional de Atenção Psicossocial, ligada às Unidades de Saúde da Família, que tem dado um resultado muito positivo nos lugares onde já está implantada. Ademais, a Sra. Mayara recordou que na Conferência Municipal de Saúde houve algumas propostas relacionadas à saúde mental e que poderiam ser aproveitadas pelo município e a Sra. Terezinha lembrou, também, das propostas exaradas na Conferência de Saúde Mental e sugeriu enviá-las para a Câmara de Vereadores. Na sequência, o Padre Adriano falou que sua pós-graduação era voltada para o trabalho nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e informou que atenção básica deve estar preparada para atender qualquer tipo de demanda, inclusive, as de saúde mental, sabendo ouvir, acolher e encaminhar o usuário da saúde mental. Além disso, as atividades recreativas tornam-se muito cansativas para o usuário, devido a repetição, e apontou que outra dificuldade do projeto é a centralização e os longos deslocamentos que muitos usuários são obrigados a fazer. Diante disso, a Sra. Mayara salientou, novamente, a importância das Equipes Multiprofissionais de Atenção Psicossocial (EMAP), pois um dos objetivos delas é estar próximo ao usuário. Em seguida, a Sra. Terezinha informou que, levando em consideração os jovens, é preciso fazer uma parceria com o Conexão Futuro, a fim de que os jovens que tem necessidades de acompanhamento psicossocial sejam priorizados pelo referido projeto. Na sequência, a Sra. Ingrid, trazendo como exemplo uma experiência pessoal, frisou a importância de se dar atenção também às famílias de pessoas portadoras de transtornos mentais, que, muitas vezes, não tem estrutura para lidar com esse tipo de demanda. Complementou, então, o Padre Adriano afirmando que a proposta do CAPS supõe a atenção à família. Disse, na sequência, que pessoas com transtornos de ansiedade ou depressão, quando chegam ao CAPS se sentem muito mal, pois se deparam com pessoas com transtornos muito mais profundos. Em seguida, as Sras. Ingrid e Terezinha recordaram que em uma visita a



Policlínica, o coordenador da psicologia apresentou a ideia de que haja um espaço próprio para a psicologia e psiquiatria, separado da Policlínica, e que em cada Estratégia de Saúde da Família (ESF) haja um psicólogo que faça a triagem dos casos e determine qual os passos que precisam ser tomados em seguida. Na sequência, a Sra. Ingrid trouxe para a mesa as propostas da Conferência de Saúde Mental: Eixo 1 – Cuidado em liberdade como garantia dos direitos à cidadania; cujas propostas foram: I) Cuidar de quem cuida. Acompanhamento terapêutico para os profissionais da saúde mental; II) Capacitação para os profissionais de educação referente à temática da saúde mental. Em relação a proposta 1, a Sra. Terezinha, após recordar o relato da Sra. Ingrid e inteirando acerca de casos de mães de filhos portadores de deficiência física, manifestou a importância de se dar atenção especial às famílias e aos profissionais que cuidam de pessoas portadoras de deficiência. Por sua vez, a Sra. Mayara ressaltou a importância de capacitar também as pessoas que não são profissionais da saúde, mas que trabalham nos CAPS e nas Residências Terapêuticas, para lidar com as demandas que surgirem e necessitam ter um comportamento ético diante daquilo que veem e ouvem. Já quanto a proposta 2, ficou acordado que o Conselho indagaria a Secretaria de Educação, a fim de saber se há ou não capacitação para os profissionais de educação referente à temática da saúde mental. Em seguida, a Sra. Terezinha informou que no dia anterior à reunião foi procurada por uma pessoa que trabalha na assistência social, a fim de saber se há ainda uma Residência Terapêutica, pois outra pessoa procurou a Secretaria de Educação questionando sobre a Residência Terapêutica e a referida Secretaria, por sua vez, encaminhou a consultante para a Secretaria de Assistência Social. Em resposta, a Sra. Mayara disse que há, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), uma Residência Inclusiva, e que muitas pessoas confundem ambas as Residências; porém, elas tem funções diferentes: a Residência Terapêutica destina-se aos doentes mentais, enquanto a Residência Inclusiva destina-se a pessoas com deficiência (intelectual, motora, paralisias, cegos, surdos), em situação de dependência e que não dispõem de autonomia. Eixo 2 – Gestão, financiamento, formação e participação social na garantia de serviços de saúde mental; cujas propostas foram: I) Criação do fórum permanente e continuado de saúde mental e II) Criação da comissão de rede única no Conselho. Quanto a primeira proposta, os conselheiros recordaram que o fórum já foi criado, por ocasião da Conferência Municipal de Saúde Mental, tendo ocorrido um encontro; porém, para dar continuidade aos trabalhos decidiram por acionar a coordenação da saúde mental no município, a fim de que outros encontros aconteçam. Quanto a proposta dois, os conselheiros não compreenderam o que seria uma “comissão de rede única”, mas recordaram que já existe uma comissão de saúde mental no CMS. Eixo 3 – Política de saúde mental e os princípios do SUS: universalidade, integralidade e equidade; cujas propostas foram: I) Garantia de recursos humanos e formação continuada para



Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com a garantia de um profissional de saúde mental ou psicólogo nos postos de saúde e II) Implantação dos leitos psiquiátricos. A Sra. Mayara recordou que, quanto a proposta 1, não é previsto que haja psicólogos nas ESF's e sugeriu, novamente, a Equipe Multiprofissional de Atenção Psicossocial (EMAP) que está preconizada em âmbito federal e que ganha recursos, caso seja instalada e habilitada. Em seguida, a Sra. Terezinha questionou se já está funcionando o serviço de pós-pandemia e pós-mastectomização, tendo a Sra. Mayara respondido que não. Já em relação à proposta 2, a Sra. Ingrid informou que conversou com uma enfermeira que trabalha na equipe dos leitos psiquiátricos que afirmou que existem os quatro leitos, mas que eles não estão em pleno funcionamento, que ainda há muita coisa a ser feita. Ela sugeriu também que a Comissão de Visitas possa fazer uma averiguação da real situação dos leitos psiquiátricos e também visitar a Residência Terapêutica. Eixo 3 – Impactos na saúde mental da população e os desafios para os cuidados psicossocial durante e pós pandemia; cujas propostas foram: I) Ambulatório On-line, que foi de grande importância e contribuição para o acesso e captação precoce dos usuários com sofrimento mental que não tem acesso à rede de cuidados. Essa ferramenta mostrou-se um grande facilitador principalmente para os menos favorecidos financeiramente e os fragilizados emocionalmente e os impossibilitados de buscar ajuda profissional pelas comorbidades. O ambulatório on-line poderia oferecer as opções mensagem, áudio ou vídeo, além de efetivar essa ferramenta que hoje está sendo desativada, ampliar o acesso disponibilizando uma equipe distribuída em três horários (manhã, tarde e noite), garantir doze horas de serviço de segunda a sexta, atualmente a procura é alta e o horário de funcionamento é de 08 às 17 horas. Todos os conselheiros concordaram que, quanto a proposta 1, não há mais espaço para esse tipo de atendimento agora. Contudo, a Sra. Mayara disse que alguns municípios estão implantando um número de telefone que oferece um apoio psicológico imediato, mas que não se efetiva em um acompanhamento sequencial. Por fim, os conselheiros também concordaram em agendar uma reunião com a coordenação de saúde mental, a fim de saber o que está sendo realizado no município no âmbito psicossocial. **Pauta 4** – Em seguida, a Sra. Ingrid recordou que ainda precisavam ser apresentadas as competências das Comissões Financeira e da Saúde do Trabalhador. Em relação à planilha de trabalho do CMS, a Sra. Terezinha apresentou o plano que elaborou levando em consideração as obrigações do Conselho de acordo com a legislação e o regimento interno do CMS. As ações sugeridas foram: I) Visitar anualmente os Postos de Saúde, de Urgência e Emergência, Unidades Básicas de Saúde, Clínicas especializadas, Policlínica, Hospitais Municipais; II) Realizar reuniões com os representantes dos Conselhos Municipais com a finalidade de entrosamento das ações desenvolvidas em cada um; III) Organizar as Conferências relativas à Saúde; IV) Propor a criação de um link no site da Prefeitura específico



para o Conselho Municipal de Saúde e implementar as atualizações das atividades realizadas pelo Conselho; V) Monitorar as deliberações das Conferências Municipais de Saúde (Mental, Mulher...), no Executivo e Legislativo; VI) Realizar Roda de Conversa com os conselheiros; VII) Monitorar os recursos financeiros do Fundo da Saúde pelo Portal da Transparência. VIII) Participar de cursos de capacitação que são oferecidos online; VIII) Atualizar os sistemas como DIGESUS e outros; IX) Promover reuniões ordinárias e extraordinárias; X) Analisar os instrumentos de Planejamento (PMS, PAS, RDQA, RAG); e XI) Avaliação da prestação das contas dos recursos próprios, estaduais e federais. Tendo os conselheiros concordado com o plano de trabalho e feito apenas algumas ponderações, ficou acordado que o plano seria atualizado e encaminhado aos conselheiros. **Pauta 5** – A Sra. Ingrid apresentou a Sra. Debora, que passou no último concurso público como assistente administrativo. Passou-se a palavra para a Sra. Debora que agradeceu a recepção do Conselho e se colocou à disposição para ajudar nos trabalhos do CMS. Em seguida, a Sra. Ingrid informou que foi eleita na Conferência Estadual de Saúde para ser delegada na Conferência Nacional, que seria realizada em Brasília. Contudo, as passagens, que eram uma obrigação do Estado do Rio de Janeiro, estavam dando problemas, já o Estado afirmou que não pagaria para os delegados representantes dos gestores e que só forneceria passagem aérea para os maiores de sessenta anos e portadores de comorbidades e deficiências, todos os demais teriam de ir de ônibus, até o presente momento, não havia ainda recebido sua passagem ou informações sobre o seu voo. Em seguida, ela falou da situação de conselheiros eleitos na segunda vacância que não comparecem nas reuniões do Conselho e sugeriu que se solicitasse aos conselhos profissionais da saúde, que já tem membros no CMS, que indicassem nomes para compor as vagas daqueles conselheiros que não estão atuantes. Todos concordaram com essa possibilidade, desde que se conversasse antes com os eleitos, a fim de que haja transparência e ciência de ambas as partes. Na sequência, a Sra. Terezinha avisou que ela, a Sra. Ingrid e a Sra. Viviane Vieira foram selecionadas para o curso de capacitação de conselheiros da FIOCRUZ e sugeriu que, após o término do curso, os conselheiros possam se reunir, a fim de multiplicar os conhecimentos obtidos a todos, também afirmou que o material passado ficará arquivado no Conselho como um material permanente de consulta. Em seguida, a Sra. Mayara informou os conselheiros que a Pactuação Interfederativa, que por ordem do Estado, deveria ser enviada até o dia 15 de junho, não foi posto no sistema, pois o mesmo ainda está em processo de finalização pelo Estado, a nova data de abertura do sistema ficou para o dia 28 de junho e que haverá um perfil de usuário para o Conselho no sistema. Logo depois, a Sra. Gleyde avisou que participará de uma reunião de coordenadores da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador, que ocorrerá no dia 29 de junho na Secretaria Estadual de Saúde. Diante disso, a Sra. Mayara sugeriu que a Sra.



Gleyde mantivesse contato com o Sr. Cristiano, que é o coordenador da saúde do trabalhador no município. Na sequência, a Sra. Terezinha trouxe o caso da Sra. Janete que, por motivo desconhecido, teve de fazer duas tomografias, enquanto outras pessoas não conseguem fazer as suas. Ela também trouxe a reclamação de muitas pessoas que não conseguem agendar suas consultas com médicos nas UBS's e ESF's e, além disso, da falta de visitas dos agentes de saúde da família. Por fim, o Padre José Goretti contextualizou que a Paróquia realizou uma missão no bairro do Guarani e que muitos moradores reclamaram das dificuldades que existem no âmbito da saúde, que precisam se deslocar para Bacaxá ou para o centro de Saquarema para conseguirem atendimento, levando em consideração a precariedade também do transporte público; dito isso, ele questionou se há algum projeto para a área da saúde que atenda aquela população, tendo a Sra. Mayara respondido que, de acordo com a Programação Anual de Saúde, há um projeto de construção e operacionalização de uma Unidade Básica de Saúde no referido bairro. Sem mais, a Presidente do CMS, Sra. Ingrid Malena, deu por encerrada a reunião.

Ingrid Malena Trunkle de Oliveira

Presidente do CMS